Cooperativas descentralizadas (ou virtuais): (re)conectando pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização

Eixo 1 – Economia Solidária e Organização do Trabalho

Dimas O. Estevam¹, Giovana I. J. Salvaro², Liara D. Ronçani³, Carla S. Busarello⁴

¹Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Criciúma-SC – doe@unesc.net

²Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Criciúma-SC – giovanailka@gmail.com

³Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Criciúma-SC – liadarabas@hotmail.com

⁴Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC – Criciúma-SC – carlaspillere@gmail.com

Resumo

Este artigo é resultado de um Projeto de Extensão em andamento, realizado pelo GIDAFEC/UNESC/CNPq (Grupo de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo). O Gidafec desenvolve atividades de extensão e pesquisa em torno da temática da agricultura familiar, organizações coletivas, redes e cadeias produtivas solidárias, consumo consciente, e outros temas vinculados ao campo da Economia Solidária. O objetivo do artigo é estudar os mercados alternativos das cooperativas virtuais da agricultura familiar de cinco municípios da Região Sul catarinense. Como procedimentos metodológicos foram utilizadas fontes bibliográficas e documentais (arquivos das cooperativas e relatórios de atividades do Gidafec). Esta forma de organização coletiva de produção e comercialização (cooperativas virtuais) tem possibilitado aos/as agricultores/as familiares legalizar suas atividades produtivas, diversificar a produção e, ao mesmo tempo, revitalizar outras abandonadas ao longo do tempo devido ao alto custo de produção e legalização. Organizados em pequenas cooperativas obtiveram redução no custo de produção e comercialização, conquistaram novos espaços de mercados, como a venda de produtos nas Feiras de Economia Solidária, Programas Institucionais, entre outros.

Palavras-chave: Cooperativismo Virtual; Cadeias Curtas; Agricultura Familiar.

1 Introdução

Na região Sul do Estado de Santa Catarina, mais especificamente nos municípios de abrangência da Amrec (Associação dos Municípios da Região Carbonífera), estão sendo desenvolvidas atividades de extensão a fim de colaborar na construção de espaços coletivos de produção e comercialização de produtos da agricultura familiar, na busca de (re)conectar pessoas, produtos e o lugar por meio da organização de cadeias curtas, através de Feiras de Economia Solidária, vendas em Programas Institucionais e no mercado local em geral. O trabalho é fruto de uma parceria envolvendo o GIDAFEC/UNESC/CNPq (Grupo de Pesquisa e Extensão Interdisciplinar em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo) e a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) Regional de Criciúma, prefeituras e Cooperativas Virtuais.

Nesta região, os agricultores familiares vêm se organizando em cooperativas

descentralizadas (ou virtuais), com o objetivo de enfrentar conjuntamente as dificuldades de produção e comercialização de seus produtos. Constata-se que individualmente, seria impossível a sobrevivência desses empreendimentos no mercado.

Este modelo de organização coletiva e autônoma, denominado “cooperativa descentralizada (ou virtual)” foi criado como forma alternativa de organização ao modelo cooperativista centralizado e patrimonial. Ressalta-se que em Santa Catarina, essas cooperativas recebem denominações diferenciadas: no Oeste do Estado são conhecidas como “Cooperativas descentralizadas”, na Região Sul “Cooperativas Virtuais” e, ainda, em outras regiões são denominadas de “Cooperativas Não-patrimoniais” (por não ter patrimônio) para diferenciá-las das cooperativas tradicionais. No presente artigo adotou-se a denominação “Cooperativas descentralizadas (ou Virtuais)” por se tratar das experiências da Região Sul catarinense e ser usualmente mais utilizada.

Essas cooperativas representam uma quebra de paradigma organizacional, cultural, econômico e produtivo ao fugir da ideia majoritária de que para constituir uma cooperativa necessita-se de grandes instalações e altos investimentos em infraestrutura (ESTEVAM et al, 2011).

Este modelo de cooperação permite aos micros e pequenos produtores rurais legalizar suas atividades, diversificar a produção e, ao mesmo tempo, revitalizar outras abandonadas ao longo do tempo, devido ao alto custo de produção individual. Organizados desta maneira, os agricultores conseguem espaços no mercado institucional, geral e em feiras para seus produtos e se fortalecem coletivamente.

Cabe destacar que as cooperativas virtuais, na sua constituição, recebem o mesmo tratamento legal das cooperativas tradicionais, tais como: o número mínimo de vinte sócios para a fundação; registro em juntas comerciais; inscrição na receita federal e estadual; assim como, todos os demais registros cabíveis em decorrência do ramo de atividade de cada cooperado/a. A vantagem deste modelo é a possibilidade de organizar a cooperativa sem a necessidade de infraestrutura para produção e comercialização. A única exigência é ser agricultor/a, uma vez que cada cooperado/a utiliza o seu próprio empreendimento para produção, ou produz de forma coletiva com outros/as agricultores/as. Cabe à cooperativa viabilizar a comercialização na sua sede (quando existir), nas Feiras de Economia Solidária ou diretamente no comércio local e para os Programas Institucionais.

As cooperativas virtuais quando comparadas as estruturas das cooperativistas tradicionais apresentam inúmeras vantagens. As cooperativistas tradicionais são pouco flexíveis e inadequadas para atender os/as agricultores/as familiares, enquanto que as cooperativas virtuais, segundo Gontijo (2005), são o oposto, porque possibilitam o contato direto entre produtores e consumidores, eliminando a figura do atravessador, o que torna o processo mais vantajoso para ambos.

O objetivo da cooperativa virtual, segundo Kalinoski (2009) é fortalecer os laços entre produtores e consumidores, através da aproximação que o modelo proporciona. Esta forma de organização colaborativa possibilita a eliminação da

figura do atravessador, que reduz drasticamente as sobras dos/as agricultores/as familiares e encarece os produtos aos consumidores. Além disso, como se trata de pequenas estruturas, a autonomia de cada cooperado/a é respeitada e o processo de decisão se torna democrático e participativo.

Inspirada neste modelo, a primeira cooperativa virtual da região foi a COOFANOVE (Cooperativa de Agricultores Familiares de Nova Veneza - SC), fundada em 2004. Após esta primeira experiência outras foram criadas na Amrec: a Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma - SC, a COOPAFI (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Içara – SC), a COONAFOR (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha - SC) e a COAFF (Cooperativa de Agricultura Familiar de Morro da Fumaça - SC), entre outras.

A criação dessas cooperativas possibilitou resgatar e revitalizar inúmeras atividades de produção artesanal e culturais abandonadas devido aos altos custos de produção. As cooperativas têm possibilitado a redução de custos e conseguido resolver o problema da legalização da produção e da comercialização.

Diante disso, surgem algumas indagações: esta forma de organização cooperativa possibilita a (re)conexão entre produtores e consumidores? Os/as cooperados/as têm comercializado seus produtos em que mercados? São perguntas pertinentes, pois estas cooperativas tem o propósito de atuar em cadeias curtas de produção, com produtos diferenciados e alto valor agregado. Nesse sentido, o objetivo do presente artigo é estudar as cooperativas descentralizadas (ou virtuais) como forma de (re)conectar pessoas, produtos e o lugar em cadeias curtas de produção e comercialização na Região Sul catarinense, através da construção de novos espaços de comercialização. Parte-se da hipótese de que a cooperação possibilita ganhos importantes para os/as cooperados/as, tais como: a diminuição de custos operacionais e de manutenção, fortalecimento da marca, acesso a mercados institucionais, participação em feiras livres e de economia solidária, fortalecimento da identidade dos participantes e, principalmente, ampliação dos espaços de comercialização da produção.

No tocante a metodologia utilizada nesta pesquisa, é um estudo de caso com abordagem qualitativa. As informações foram obtidas a partir de fontes secundárias (estatutos, atas de reuniões e documentos das cooperativas) além de anotações, gravações e relatórios produzidos pelo Gidafec. Quanto aos objetivos, o trabalho será descritivo, já que se utiliza de técnicas pautadas em coleta de informações e sua descrição (GIL, 1991).

A técnica utilizada neste caso é a pesquisa de campo, pois se baseia em documentação direta e levantamento de dados realizado no local onde ocorrem os fenômenos, com o objetivo de obter informações sobre um problema, confirmar uma hipótese ou descobrir novas relações entre fatos.

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a primeira parte trata dos aspectos introdutórios; a segunda, de questões gerais a cerca do cooperativismo descentralizado; a terceira, da segurança alimentar, cadeias curtas de produção e comercialização; a quarta, da revitalização de atividades socioeconômicas e a

construção social de espaços coletivos locais de produção e comercialização; a quinta, dos espaços institucionais e mercados alternativos; e a sexta, aborda questões mais específicas a cerca das Cooperativas Virtuais da Região do Sul do Estado de Santa Catarina; por último, as considerações finais.

2 Aspectos gerais do cooperativismo tradicional e cooperativismo descentralizado (ou virtual)

Quando se aborda o cooperativismo no meio rural, remete-se às cooperativas tradicionais, um modelo em que existe grande defasagem entre a "empresa" cooperativa, que cresce, e o/a cooperado/a, que continua estagnado/a e descapitalizado/a, com poucas chances de uma vida digna. Essas cooperativas para tornarem-se competitivas precisam investir grandes volumes de capital, para sobreviver, num mercado extremamente competitivo e altamente concentrado. Desta forma, acentua-se o problema da participação dos/as associados/as no processo de gestão, os/as quais vão sentindo-se cada vez mais distantes e marginalizados/as do processo de tomada de decisão.

Diferentemente das cooperativas tradicionais, as Cooperativas Virtuais dos agricultores/as familiares/as têm como função maior dar cobertura jurídica e legalidade à instalação de unidades descentralizadas de produção, o que é realizado através de contrato de comodato entre a cooperativa e o associado comodatário. A grande vantagem deste modelo é que as decisões de como produzir e administrar o empreendimento ficam a critério do/a associado/a, cabendo a cooperativa dar cobertura na parte de comercialização e fornecimento de documentação fiscal, entre outras funções.

Neste sentido, para que uma pequena localidade do campo ou pequeno município, segundo Singer (2004), encontre o caminho do desenvolvimento comunitário é importante que a(s) comunidade(s) encontre(m) uma brecha de mercado, que permita que seus membros produzam algo que lhes proporcione 'boa remuneração'. Esta brecha pode ser criada mediante a melhoria da qualidade de produtos tradicionais, o desenvolvimento de novos produtos ou semi-novos, a detecção de uma nova demanda, forte expansão por algo que a comunidade pode vir a produzir, aplicação de processos de produtividade mais elevada em atividades antigas e pela organização dos agricultores em associações e cooperativas.

Porque o tamanho pequeno das propriedades rurais e das comunidades e o seu relativo isolamento, conforme Singer (2004), fragiliza suas possibilidades de se desenvolver por meio de seu próprio esforço. Por isso, o trabalho em rede de cooperação é imprescindível, para desenvolver habilidades por meio da formação de multiplicadores e promover o entrosamento interno das comunidades, com intuito de fortalecer as relações pessoais e locais. Esta integração dos membros das comunidades rurais pode possibilitar que seus integrantes façam em conjunto a compra de seus insumos e realizem o marketing e a venda de seus produtos de maneira solidária.

Desta forma as cooperativas virtuais surgem como alternativa de organização ao modelo cooperativo centralizado e patrimonial. Este modelo surgiu no Estado do Paraná, no ano de 2000. Através da Emater (Instituto Paranaense de Assistência

Técnica e Extensão Rural) foi concebida outra forma de organização cooperativa denominada naquele Estado de “Cooperativa Virtual” (SEPULCRI, 2011). O modelo se expandiu para outros Estados. Em Santa Catarina, essas cooperativas receberam denominações diferenciadas, que foram adotadas para se distinguir das cooperativas tradicionais, desgastadas perante aos/as agricultores/as familiares. As cooperativas virtuais representam uma quebra de paradigma ao fugir da ideia majoritária de que o setor agropecuário, para constituir uma organização produtiva necessita de grandes instalações e altos investimentos em infraestrutura (BIALOSKORSKI NETO, 2002; ESTEVAM et al., 2011).

Conforme afirma Estevam et al. (2012a, p.3), o que diferencia a cooperativa virtual da cooperativa tradicional é o fato de não precisar, necessariamente, de uma sede:

O cooperado formaliza o seu empreendimento, através da cooperativa, que funciona como se fosse um “guarda-chuva”; ou seja, um abrigo jurídico, ou meio, para produzir e vender os produtos legalmente, com nota fiscal. A criação de tais cooperativas tem a finalidade de legalizar as atividades dos agricultores, em função das barreiras tributárias, sanitárias e ambientais.

Essas cooperativas possibilitam resgatar e viabilizar muitas atividades tradicionais produtivas abandonadas, devido à monocultura e a integração de agricultores/as as grandes agroindústrias de suínos e frangos. Agora essas atividades tradicionais são revitalizadas e resgatadas com o modelo das cooperativas virtuais, através da agregação de valor aos produtos. É o caso das agroindústrias familiares (que produzem, por exemplo, pães, queijos, doces, geléias e chimias, melado, açúcar mascavo, salames, linguiças, hortifrutigranjeiros, etc.) e atividades não-agrícolas, como o artesanato e a prestação de serviços.

Ou seja, essas cooperativas virtuais possibilitam novas formas de inserção desses/as cooperados/as no mercado. (Re)conectando produtores e consumidores, num sistema denominado de “cadeias produtivas curtas”, em que a produção é comercializada localmente e/ou regionalmente, diretamente ao consumidor e/ou para os Programas Institucionais Governamentais, usufruí-se de melhores condições de negociação, diminuindo e/ou evitando os atravessadores que ficam com a maior parte das sobras do processo de comercialização. Esta aproximação entre produtor e consumidor, de acordo com Estevam et. al. (2012b), possibilita ao consumidor produtos de melhor qualidade e com preço justo. Além disso, o/a cooperado/a passa a ter a possibilidade de diversificar sua produção diminuindo custos e aumentando as sobras.

As Cooperativas Virtuais, também recebem essa denominação, por proporcionarem aos/as cooperados/as desenvolver suas atividades em redes de cooperação entre associados/as ou cooperativas. A rede pode ser estabelecida na produção, no processamento ou somente na comercialização da produção. Esses empreendimentos cooperativos são orientados por objetivos comuns e solidários, numa organização baseada na horizontalidade e na endogenia.

A liderança exercida por esses/as produtores/as e a mobilização coletiva de

recursos sociais e tecnológicos, proporcionam a diversidade de produtos e a sua valorização por meio da cooperação. A importância dos mercados locais e das relações diretas com o consumidor, somados a rede de cooperação, são estratégias para a sobrevivência destes/as produtores/as e das cooperativas.

Desta forma, as cooperativas virtuais estão inseridas nas redes que, para Soares Júnior (2006), são um arranjo organizacional formado por um grupo de sujeitos, que se articulam com a finalidade de realizar objetivos complexos e inalcançáveis de forma isolada. A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada.

As cooperativas inseridas no contexto de redes de cooperação, como no caso das virtuais, buscam ganhar força e solidez para superar a insegurança do mercado frente às intensas transformações organizacionais e tecnológicas. Com isto, as configurações de redes solidárias consistem em interações ou relações entre colaboradores interdependentes que cooperam para alcançar objetivos em comum.

3 Segurança alimentar, cadeias curtas de produção e comercialização: (re)conectando pessoas, produtos e o lugar

As transformações recentes da economia e a orientação política com relação aos problemas relacionados à pobreza, fome e iniquidade social, provocaram mudanças no padrão de consumo da população brasileira. Por conseguinte houve melhoria na distribuição de renda, diminuição da pobreza; a exclusão social foi abrandada e o problema da fome e de acesso aos alimentos já não são tão exacerbados. No entanto, se por um lado, os resultados da diminuição das consequências nefastas da fome foram abrandados, por outro, enfrenta-se o aumento de doenças relacionadas à má alimentação, como: obesidade, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares, entre outras. Esses aspectos estão relacionados ao padrão de consumo atual, que tem feito com que a civilização atual esteja fundamentada no desperdício gerado pelo consumo excessivo e sem precedentes históricos, que se, por um lado beneficia uma parcela da população, por outro, deixa a maioria à margem, vivendo em condições vulneráveis e precárias.

A produção e o consumo de alimentos são temas relevantes, porque as escolhas alimentares estão estreitamente associadas a estilos de vida, identidades e distinção entre classes sociais (BOURDIEU, 2007). Dada a centralidade do consumo na contemporaneidade, consumo e consumismo – incluindo-se o de alimentos - estariam influenciando as relações e modos de socialização entre indivíduos (BAUMAN, 2008). Como a agricultura tem sido tratada dentro de um ponto de vista da produção de alimentos em larguíssima escala, o que leva a sociedade atual a escolhas nocivas a sua própria saúde, a ideia de que se parte é que a agricultura familiar, em razão de suas características (produção em pequena escala, subutilização de agrotóxicos e a produção de maior variedade de gêneros alimentícios), se aproxima muito mais dos conceitos de segurança alimentar e

nutricional, ou alimentação saudável, do que a produção do agronegócio e/ou de *commodities*. Portanto, o consumo alimentar da sociedade atual representa um grave problema de saúde pública e a produção de gêneros alimentícios pela agricultura familiar vêm, cada vez mais, se apresentando como uma forma alternativa ao padrão vigente.

Esses temas estão relacionados a questão da segurança alimentar, o que coloca o Brasil numa situação preocupante, por que para se ter uma alimentação saudável é preciso proteger e melhorar o processo de produção, principalmente as questões que vulnerabilizam a agricultura; por isso, a importância de se preservar a biodiversidade e as variedades de produtos.

No entanto, quando se trata da alimentação saudável, se está diante de processos de qualificação e requalificação de alimentos locais em contraposição aos globais, o que vem sendo chamado na literatura internacional de “quality turn” (GOODMAN, 2003). A tendência de qualificação segue uma lógica de ação dos atores para atingir seus projetos coletivos ou individuais, construindo complexas e interrelacionadas práticas e incorporando valores sociais e culturais aos produtos. Nesta questão, o enraizamento nos mercados locais, os valores sociais e a localização amparariam novas visões de qualidade que beneficiariam a escala local em detrimento dos valores disseminados pela escala global (TRICHÊS, 2012).

No entanto, a definição de qualidade dos alimentos não é tão simples e tampouco consenso entre aqueles que discutem o tema. A qualidade dos alimentos apresenta significados complexos, como é o caso da própria conotação da palavra qualidade. Todavia, se por um lado, é crescente a valorização de alimentos tradicionais locais em detrimento aos industriais globais, por outro, há fortes pressões de órgãos fiscalizadores sobre a produção artesanal tradicional local no sentido da legalização e atendimento as normas e regras sanitárias, o que apresenta custos restritivos para a maioria dos produtores desse tipo de alimento. Daí emerge a discussão em torno de critérios de qualidade, que levam à reflexão sobre a relação entre modos e escalas de produção, qualidade e o limite entre modelos de produção e abastecimento de alimentos.

A qualidade dos alimentos não pode ser vista como propriedade inerente dos alimentos. Portanto, necessita de um referencial para ser constituído, a partir da relação entre o produto e o critério pelo qual ele está sendo julgado. Para Cruz e Schneider (2010), cada alimento possui diferentes características de qualidade, por isso, um dos possíveis atributos não diz muita coisa sobre os demais. Lembrando que muitos alimentos são saborosos ao paladar, mas não são saudáveis. Ou seja, um alimento pode ser bom em relação a uma qualidade e não o ser em relação à outra.

Estas transformações fizeram com que a qualidade dos alimentos passasse a ser associada às grandes estruturas produtivas e a aspectos sanitários, baseados na escala de produção das grandes indústrias de alimentos. Para garantir e controlar a qualidade dos alimentos foram adotados sistemas de controle, padronização e rastreabilidade. Com o desenvolvimento de novas tecnologias, os produtos alcançaram maior durabilidade, a produção passou a ser cada vez mais

centralizada e a distribuição feita através de cadeias longas, processos dominados por grandes empresas de alimentos. (CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

Todavia, nas duas últimas décadas, segundo André et al (2010), governos de vários países passaram a adotar políticas de eliminação de tarifas, restrições à importação e subsídios à produção. As consequências destas políticas têm sido hiper-productivismo e elevação dos níveis de produção, que têm se mostrado desastrosos para o meio ambiente, danificando (em muitos casos irreversivelmente) solos e água, proliferando pragas, e gerando muitos outros problemas. Além disso, sucessivos casos de contaminação de alimentos atrelados à produção industrial em larga escala, com o uso indiscriminado de conservantes, corantes, entre outros produtos, têm ampliado o debate sobre os riscos alimentares, disseminando a desconfiança da população em relação a esse modelo de produção industrial.

Em suma, a tendência atual é de revalorização de alimentos tradicionais vinculados aos locais de origem, o que têm desafiado o sistema agroalimentar contemporâneo. De acordo com Cruz e Schneider (2010), a lógica industrial de produção, ao buscar a padronização, perde a identidade e o vínculo dos alimentos com os locais de origem, sobrepondo-se às práticas de consumo locais e diferenciadas. A produção tradicional, por sua vez, coloca-se como contraponto aos impérios alimentares. Conforme ressalta Ploeg (2006), esse tipo de produção seria uma alternativa para legitimar produtos e fortalecer os agricultores familiares, mediante a construção e a reprodução de circuitos curtos e descentralizados, que ligam a produção e o consumo de alimentos.

4 Revitalização de atividades socioeconômicas e a construção social de espaços coletivos locais de produção e comercialização

Na atualidade, como foi acima discutido, a agricultura familiar está sendo amplamente debatida e se tem fortalecido. Na Europa o tema ganha fôlego através do debate sobre a recampesinização. Para Ploeg (2006), este conceito é válido também para os países em desenvolvimento, pois de forma alguma a recampesinização pode ser vista como atrasada ou como um obstáculo para o desenvolvimento, mas ao contrário, pode representar um extraordinário ponto de partida.

A partir dos anos 1960 a tendência materializou-se na emergência do processo de modernização do campo. Isso implicou num primeiro momento, no aumento significativo da produção e na diminuição da absorção de trabalho e, em seguida, na introdução de tecnologia intensiva dirigida à esfera produtiva. Essas mudanças provocaram o surgimento do modo empresarial de produção agropecuário, mas não fizeram desaparecer o modo camponês de produção. Pelo mundo afora permaneceram importantes bolsões de agricultura camponesa. Além disso, nas duas últimas décadas testemunhou-se o processo de recampesinização. O camponês não é mais o lado da equação que está desaparecendo (PLOEG, 2006).

Todavia, autores citados por Cruz e Schneider (2010) como Murdoch e Miele (1999), Wilkinson (2006) e Ploeg (2008), lembram que os limites entre esses dois modos de produção não são claros e há, muitas vezes, grandes empresas buscando centrar a qualidade de seus produtos em aspectos intrínsecos à

agricultura familiar, por meio, por exemplo, do apelo ao natural e/ou ao rural.

A conexão entre saúde humana e saúde ambiental, propostas pelos autores supracitados, fez com que o setor industrial de alimentos, depois de décadas resistindo à evidência de que a alimentação apresenta impactos sobre a saúde, agora, ironicamente, considerem essas questões relacionadas à saúde como nicho de mercado. Esses autores, ao questionarem o tipo de cultura alimentar emergido da influência das grandes empresas de alimentos, apontam que tais possibilidades representam não só considerável custo ambiental associado ao transporte, energia e monoculturas intensivas, mas também problemas relacionados à saúde, como obesidade, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e outras doenças relacionadas a dietas altamente calóricas, ricas em gorduras e açúcares.

Nesse sentido, surgem novas oportunidades para a agricultura familiar, que, segundo Cruz e Schneider (2010), estaria longe da estagnação e do atraso, mas, ao contrário, constitui-se em campo de batalha para alcançar o desenvolvimento e, dessa forma, melhorar, ainda que lentamente, a qualidade e a produtividade dos recursos. Dessa maneira, os agricultores familiares estão em constante luta para alcançar os meios para aumentar sua autonomia e melhorar a base de recursos de suas unidades agrícolas.

Ao mesmo tempo em que o modelo produtivista alcança o auge de seu poder por meio de grandes corporações globais, que dominam o sistema agroalimentar, as sucessivas crises alimentares vinculadas ao sistema de produção em larga escala são mitigadas mediante a implementação de estratégias de gerenciamento de risco, evidenciando que, além do uso da tecnologia para a resolução de problemas, grandes empresas do setor alimentar procuram alinhar seus interesses com os interesses de consumidores, buscando, assim, manter a hegemonia (CRUZ e SCHNEIDER, 2010).

As possibilidades de transformações no sistema agroalimentar estão diretamente associadas à agricultura familiar, com as interrelações de produtores e consumidores de alimentos. Para os autores citados, se, por um lado, as indústrias de alimentos e os grandes supermercados reorganizaram o comércio de produtos agrícolas, criando um mercado completamente anônimo, em que a origem e o destino dos produtos já não importam, por outro, origem, qualidade, autenticidade, frescor e especificidade dos produtos são aspectos naturalmente associados à agricultura familiar. Dessa maneira, abrem-se espaços para circuitos alternativos aos hegemônicos de produção e comercialização de alimentos, baseados em mercados locais.

Desta forma, a integração entre produção e consumo, conforme Cruz e Schneider (2010), por intermédio de redes alternativas de distribuição de alimentos, especialmente por meio de cadeias curtas, poderiam contribuir para a valorização local de produtos tradicionais, ressaltando valores, tais como: confiança, localidade e reconhecimento entre produtores e consumidores, favorecendo dinâmicas socioeconômicas positivas.

As redes alternativas de produção e comercialização de alimentos, por meio de cadeias curtas, se constituem em estratégia para o desenvolvimento de algumas

regiões, notadamente aquelas que têm procurado se inserir no mercado através da produção e comercialização de alimentos tradicionais. Apesar disso, para que essa estratégia obtenha êxito, deve haver forte revalorização da produção dos agricultores familiares, o que pode se dar por meio de intervenção do Estado, da aproximação produção-consumo e da ação de movimentos sociais.

Nessa direção, conforme Cruz e Schneider (2010), as estratégias integradas de intervenção do Estado, aproximação entre produção-consumo e ação de movimentos sociais, podem contribuir para a legitimação dos produtos tradicionais. Através da coordenação de diferentes atores é possível que alimentos que foram colocados à margem de redes hegemônicas de comercialização por não atenderem a exigências sanitárias, fiscais, entre outras, conquistem seu espaço e regulamentações adequadas à sua escala de produção, características histórico-culturais e enraizamento social que os diferenciam dos produzidos de forma padronizada pelo sistema agroalimentar hegemônico.

5 Espaços institucionais e mercados alternativos locais de produção e comercialização

A agricultura familiar é responsável pela produção de mais de 70% dos alimentos consumidos diariamente no Brasil. Embora este número seja significativo, não se pode dizer que os produtores consigam se apropriar de toda a renda auferida com esta produção. Mesmo com tamanha importância, esta categoria de trabalhadores enfrenta enormes dificuldades de inserção de seus produtos no mercado, devido a barreiras sanitárias, tributárias e de escala de produção (ESTEVAM, LANZARINI e BUSARELLO, 2012).

Além dos problemas referentes à legislação, são relevantes também a falta de estrutura para beneficiamento, armazenamento, transporte e comercialização, principalmente no que diz respeito à diversidade, regularidade de fornecimento e apresentação dos produtos. Todavia, nas últimas décadas foram inúmeras as conquistas obtidas pelos agricultores familiares. Segundo Schneider (1999) isso foi fruto de mobilizações de grupos sociais organizados, que lutaram para demarcar e definir as bases do que realmente é a agricultura familiar.

Nesse sentido, a discussão sobre a revitalização de atividades produtivas da agricultura familiar, qualidade dos alimentos e sua relação com a construção de espaços de mercados, estão sendo amplamente debatidos. No Brasil cabe destacar o Programa de Alimentação Escolar (PAE) como o principal programa público, com atendimento universalizado de 47 milhões de alunos e despendendo em torno de três bilhões de reais por ano (somente de recursos federais), para aquisição de alimentos para rede pública de ensino (IPEA, 2010).

Em relação ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), a principal organização é o Governo Federal (através do MDS, MDA e CONAB) que, literalmente, criou um mercado para os agricultores familiares pobres através da promulgação da Lei 10.696/2003, cuja ênfase é oportunizar renda para os agricultores e garantia de segurança alimentar para as entidades beneficiadas num “processo de redistribuição”. Embora a legislação que regulamenta o PAE tenha sido criada anteriormente, é com a promulgação da Lei no 11.947/2009 que se tem o grande

salto em favor da agricultura familiar. Esta Lei tornou obrigatória a aquisição de no mínimo 30% do valor remetido do governo federal às Entidades Executoras do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) na aquisição de alimentos de agricultores familiares.

Esses Programas governamentais têm como objetivo incentivar a agricultura familiar, e conjuntamente fazer a distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar. Recompensando o pequeno produtor com venda a preço justo, de forma a remunerar o investimento e o custeio da lavoura, incluindo a força de trabalho, permitindo-lhe ter recursos financeiros suficientes para a subsistência de sua família com dignidade (BRASIL, 2010).

Um dos pontos relevantes destas iniciativas governamentais é promover a produção agroalimentar e possibilitar enfrentar, simultaneamente, tanto a necessidade de se criarem oportunidades de trabalho e de renda às famílias do campo, como a de se ampliar e melhorar a oferta de alimentos mais saudáveis. Esta é a principal diferença entre um programa como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e programas de segurança alimentar baseados em compensação de renda monetária (IPEA, 2010). Este programa tem a possibilidade de transformar a realidade, inserindo parcela significativa de produtores rurais na esfera produtiva. A conexão entre a produção e a comercialização de produtos agroalimentares, são estratégias de “juntar as duas pontas”, quais sejam, os produtores rurais e os consumidores.

Quando se aborda os mercados de comercialização de produtos da agricultura familiar, entende-se que a reprodução social das famílias está diretamente ligada a eles. Grosso modo, pode-se apontar para três dinâmicas de mercado bastante distintas. Segundo Plein (2012), a primeira é a produção de *commodities*, como soja, milho, fumo, leite, suínos e aves, que são dominados pelas agroindústrias e atravessadores. A segunda dinâmica refere-se às iniciativas dos agricultores e a construção de sua autonomia contando com a participação de ONGs, como, por exemplo, na produção de orgânicos e a produção de produtos artesanais. A terceira dinâmica está relacionada às políticas públicas (de cunho não assistencialista) que pretendem fortalecer a agricultura familiar criando espaços específicos de comercialização de seus produtos, como o PAA.

Todavia, o conjunto de mercados identificados é muito amplo e complexo, necessitando, para efeitos deste artigo, de melhor classificação, visando a sua operacionalização, representatividade e diversidade. Deste modo, no Quadro 1 são apresentados resumidamente os três mercados acessados pelos agricultores familiares.

Quadro 1 - Classificação dos mercados acessados pelos agricultores familiares

Mercado	Características
Tradicional	A produção de arroz, fumo e avicultura constituem as principais atividades de geração de renda para a maioria dos agricultores e representa uma forma de comercialização com intermediários e agroindústrias. Trata-se de mercado fortemente marcado pela atuação dessas agroindústrias. Na classificação de Wilkinson (2008), trata-se de um mercado de <i>commodities</i> que possui uma intermediação via atravessador e integração com a agroindústria.
Inovador	É a produção e comercialização de produtos tradicionais da agricultura familiar. É inovador, pois trata-se de uma forma diferenciada de produção, de comercialização e conta com a força de organização dos agricultores (cooperativas virtuais) e apoio da Epagri, prefeituras e Unesc. É um mercado socialmente construído. Com base na classificação de Wilkinson (2008) pode-se dizer que possui proximidade com os mercados de orgânicos, artesanais e solidários.
Institucional	Toma-se como exemplo o Programa Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal. Trata-se de uma política pública estrutural na luta contra a erradicação da pobreza. É um mercado organizado a partir de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares pobres. É o que Wilkinson (2008) chamou de mercados institucionais ou compras por parte do poder público.

Fonte: Adaptado de Plein (2012)

Portanto, nas três dinâmicas de mercados analisadas no Quadro 1, conforme Plein (2012), os aspectos culturais da população são significativos, pois os hábitos interferem no comportamento dos indivíduos diante de novas oportunidades, moldando as decisões. Se uma regra formal pode ser modificada num curto período de tempo, mediante a promulgação de uma lei, por exemplo, a mudança de um hábito é um processo muito mais complexo e demorado. A criação do PAA demonstra claramente a forma de atuação de uma instituição formal. O Estado cria um mercado para a comercialização de produtos da agricultura familiar.

Neste sentido, ressalta-se a mudança de postura do próprio Estado, que opta por uma política pública de cunho estruturante no combate à pobreza, beneficiando agricultores pobres com a possibilidade de geração de renda e garantindo segurança alimentar para as entidades beneficiadas.

Por fim, a ideia de laços apresentada por Granovetter (1973), indica a importância que as relações de interconhecimento, amizade, vizinhança podem ter no processo de acesso a novos mercados. Essas relações transmitem confiança e são significativas na forma como os agricultores conhecem as novas oportunidades de comercialização de produtos num nível micro, ou ainda, no acesso a um novo canal de comercialização no nível macro. O mercado não é algo abstrato, mas uma construção social concreta formada por um arranjo institucional que lhe dá estrutura e dinâmica. Conforme destacado por Huylenbroeck; Vuylsteke; Verbeke

(2009), os mercados são uma construção social cujas operações, coordenadas por arranjos institucionais, criam condições para a ação dos atores.

6 As Cooperativas descentralizadas ou virtuais e os espaços de produção e comercialização na Região do Sul do Estado de Santa Catarina

Os motivos que levaram à criação das cooperativas virtuais, na Região Sul catarinense, mais especificamente na Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), remontam a feira de agricultores/as familiares que ocorria semanalmente nos fundos da rodoviária do município de Nova Veneza-SC. A feira teve curta duração, apenas dois anos, depois encerrou suas atividades por diversos motivos, dentre os quais, o principal era a informalidade dos feirantes para comercializar seus produtos. Sem alternativas de sobrevivência, os feirantes buscaram apoio junto à Epagri de Criciúma e a alternativa encontrada foi a de constituir uma cooperativa para organizar os/as ex-participantes da feira. A ideia foi criar uma cooperativa que possibilitasse aos feirantes sair da informalidade e comercializar livremente suas produções. Inicialmente nove feirantes se uniram a proposta e foram à procura de mais onze membros, que é o número mínimo para criar uma cooperativa. (ESTEVAM et al., 2011).

Foi dentro deste contexto que surgiu a primeira cooperativa virtual da Região Sul catarinense. A cooperativa foi fundada no dia 19 de julho de 2004 e denominada de Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (COOFANOVE). No ano de 2005, a COOFANOVE inaugurou um showroom para comercializar seus produtos, no centro de Nova Veneza.

A Amrec faz parte da região Sul de Santa Catarina que é composta por três microrregiões. Neste artigo se buscou estudar as cooperativas virtuais da Amrec, que é formada por doze municípios: Criciúma (sede), Balneário Rincão, Forquilha, Cocal do Sul, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga (AMREC, 2013).

Depois de bem sucedida a experiência da Coofanove, outras cooperativas foram sendo criadas na região. A constituição destas cooperativas se deu em consequência dos problemas enfrentados pelos agricultores familiares da região como: a descapitalização, a pobreza, informalidade, entre outros. A pesquisa de campo foi realizada junto a cinco cooperativas de agricultores familiares da região da Amrec em funcionamento: Coofanove, Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma - SC, Coopafi (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Içara – SC), Coaff (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares Fumacense de Morro da Fumaça – SC) e Coonafor (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha – SC).

Cabe destacar que com a criação das cooperativas houve a possibilidade de revitalizar inúmeras atividades que agora estão sendo resgatadas, como a produção de pães,ucas, bolachas e biscoitos caseiros, doces em pasta, conservas de frutas, produtos de origem animal, derivados de leite (queijo, ricota, manteiga, bebida Láctea), derivados de carnes suína (salame, linguiça, carnes defumadas, copa, torresmo, costelinha defumada, etc...) e artesanatos. Estes produtos são comercializados junto aos programas institucionais do Governo

Federal (Programa Nacional da Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA), nas feiras municipais e regionais e no mercado em geral. Ao todo, são produzidos e comercializados mais de cento e vinte produtos diferenciados.

Uma das principais preocupações dos/as cooperado/as da região é a proposição de iniciativas que apontem para ampliação da produção e a oferta de produtos que atenda as necessidades nutricionais da população local e garanta a reprodução socioeconômica dos/as cooperados/as, a partir de formas alternativas de produção e comercialização de alimentos e artesanatos. Uma alternativa encontrada foi estreitar as relações com os consumidores, por meio da criação de redes alternativas de fornecimento de alimentos. Isso foi possível através das “cadeias curtas” de alimentos, com a venda direta aos consumidores ou por meio da participação em programas institucionais governamentais de alimentação das escolas públicas, creches e hospitais; participação em feiras municipais e regionais, showrooms, entre outros.

As denominadas cadeias curtas de alimentos têm ampliado as possibilidades de inclusão social dos agricultores familiares, diversificado a produção e reduzido a dependência das agroindústrias e do mercado tradicional, pois valorizam características como a confiança, a qualidade, os hábitos alimentares e a cultura local, permitindo a inserção dos produtos da agricultura familiar em mercados diferenciados. (SCHRÖETTER e BÜTTENBENDER, 2011).

Portanto, a organização da agricultura familiar para a construção de cadeias curtas de alimentos favorece tanto os próprios agricultores como toda a sociedade, por possibilitar o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade para a população, garantindo sua segurança alimentar, por oportunizar a venda direta de alimentos produzidos pelos agricultores no município ou região, fortalecendo e movimentando a economia local.

O acesso e a construção de mercados diferenciados de comercialização dos produtos da agricultura familiar estão sendo potencializados, na medida em que os/as cooperados/as se legalizam através das cooperativas, alcançando os objetivos que individualmente não conseguiriam. Para Schröetter e Büttенbender (2011) é através de associações e da cooperação que os agricultores se fortalecem e em consequência fortalecem também suas comunidades de forma solidária, com inclusão social e desenvolvimento local.

Cabe destacar algumas das Feiras de Economia Solidária realizadas na Região da Amrec, entre elas a Feira Permanente de Economia Solidária da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). Esta iniciativa surgiu, depois da realização da primeira e da segunda Feiras de Economia Solidária no campus da UNESC, realizadas respectivamente em 2011 e 2012. Participaram as cinco cooperativas citadas e outras associações locais e regionais. Paralelo à execução das Feiras de Economia Solidária da Unesc, foi-se incentivando a participação destes empreendimentos em outras feiras alternativas, dentre as quais destacam-se as feiras na Praça de Criciúma, realizadas em agosto de 2011 e de 2012, a Feira Agroponte, que é anual, realizada desde de 2011, e outras de menor repercussão.

O objetivo desta mobilização iniciada em 2011, era a criação de uma feira permanente de economia solidária no campus da UNESCO. O resultado destas articulações foi a assinatura, em outubro de 2012, do convênio envolvendo a UNESCO e as cooperativas e associações de artesões. Depois da formalização do convênio, em 2012 foram iniciadas feiras semanais na Unesc, tendo continuidade em 2013. A Feira ocorre todas as quartas-feiras, das 16h às 22 horas. A iniciativa tem resultado na interlocução constante e sistemática de agricultores e artesãos com os consumidores da região da Amrec.

Durante as edições da feira permanente da Unesc foram realizadas pesquisas junto aos consumidores. Verificou-se a necessidade de as cooperativas ampliarem a oferta de produtos, principalmente os “coloniais” e orgânicos. As pesquisas têm por finalidade contribuir na consolidação da Feira permanente de Economia Solidária na Unesc, por meio da diversidade de produtos oferecidos, atendendo os requisitos de qualidade demandados pelos consumidores, bem como, fomentar a participação em outras feiras municipais e regionais.

Os/as cooperados/as têm a oportunidade de comercializar e divulgar o trabalho cooperativo e solidário para um universo de mais de dez mil pessoas que circulam diariamente na Unesc. Esta relação entre universidade e empreendimentos solidários possibilita a conscientização dos universitários e, ao mesmo, a valorização social, autonomia e melhoria da renda dos/as cooperados/as. Aos consumidores possibilita que adquiram produtos da Economia Solidária cultivados na região, preservando e divulgando a cultura local.

Além das Feiras, outro mercado extremamente importante para as cooperativas são os programas institucionais. Esse mercado tem ampliado o campo de ação das cooperativas, ou seja, os cooperados conseguem acessar mercados dentro e fora do município, aumentam a demanda e possibilitam maior oferta pelas cooperativas. Em relação a esses mercados, o PAA é o principal, criado através do MDS, MDA e CONAB, por meio da Lei no 10.696/2003, cuja ênfase é oportunizar renda para os agricultores e garantir segurança alimentar para as entidades beneficiadas.

A formação dessas cooperativas pode ser considerada uma construção social extremamente positiva, por proporcionar aos seus cooperados acesso aos mercados de comercialização de seus produtos, presentes em duas das três dinâmicas de mercados analisadas. Os mercados acessados pelos/as cooperados/as da Região da Amrec, em maior proporção são o “inovador” – por ofertar produtos diferenciados, contando com a força de organização dos/as agricultores/as (cooperativas virtuais), apoio da Epagri, prefeituras e Unesc – e o “institucional” – que através da compra de produtos hortifrutigranjeiros, de origem animal e panificados, é organizado a partir de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares. Em relação ao mercado “tradicional”, se constatou que há pouca participação dos/as cooperados/as ligados às cooperativas estudadas.

Enfim, os resultados das pesquisas realizadas pelo Gidafec evidenciam que as cooperativas descentralizadas possibilitaram formas alternativas de produção e comercialização para os/as cooperados/as, e para as escolas dos municípios e consumidores em geral, acesso a produtos mais saudáveis e de melhor qualidade.

Estas cooperativas, além de produzirem alimentos saudáveis, estão revitalizando formas alternativas de produção e comercialização.

7 Considerações finais

Pensar a segurança alimentar e o consumismo desenfreado na contemporaneidade requer pensar a qualidade dos alimentos e isto implica que o próprio sistema agroalimentar seja repensado. Quando se questiona a qualidade dos alimentos produzidos pelas indústrias alimentares, se valoriza cada vez mais os alimentos produzidos artesanalmente em pequena escala, o que reforça a tendência de realocação da produção, numa perspectiva cada vez maior de aproximação da produção do consumo em cadeias curtas. Mesmo que não se possa afirmar que o modelo baseado em cadeias curtas possa substituir o modelo de larga escala de produção, por ser um movimento periférico em comparação a hegemonia das grandes empresas agroalimentares, não dá para negar o avanço da demanda em torno de uma alimentação saudável e de qualidade.

Embora a relação entre as escalas do sistema agroalimentar das grandes empresas e da produção tradicional sejam desproporcionais, entende-se que é necessária a elaboração de estratégias para facilitar a legitimação de produtos artesanais. Os instrumentos de validação poderiam ser baseados em critérios e parâmetros de estrutura física, exigências legais que fossem aplicadas a escalas de produção de cada região do país e não uma com dimensão nacional como é a atual.

Com base nas pesquisas realizadas pelo Gidafec, constata-se a importância de estratégias de mercados conjuntas e tripartites, envolvendo produtores, consumidores e o Estado. Desta maneira, as mudanças em termos de qualidade e modelos de produção de alimentos estariam atreladas a estratégias de desenvolvimento local, levando em consideração a diversidade e as características de cada região.

Desta forma conclui-se que para as cooperativas estudadas, a revitalização da produção de alimentos, associada à cooperação entre os/as agricultores/as familiares, demonstrou ser uma maneira viável de legalização da produção e acesso aos mercados (inovador – feiras – e institucional – programas governamentais), proporcionando aos/as cooperados/as melhoria de renda e para os consumidores, no caso das escolas municipais e os consumidores que participam das feiras, a aquisição de produtos mais saudáveis e de melhor qualidade.

8 Referências Bibliográficas

AMREC. **Associação dos Municípios da Região Carbonífera**. Disponível em: <<http://www.amrec.com.br/conteudo/?item=789&fa=788>>. Acesso em: 12 out. 2012.

ANDRÉE, Peter, et al. **Competitive Productivism and Australia's Emerging "Alternative" Agri-food Networks: producing for farmers' markets in Victoria and beyond**. Australian Geographer, 2010. p. 307-322.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BIALOSKORSKI, S. **Estratégias e cooperativas agropecuárias: um estudo analítico**. Ribeirão Preto: EDUSP, 2002. Disponível em:

<http://www.fearp.usp.br/~sigbial/inserir_out2002/Estrategias_e_Cooperativas_Sig2.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2013.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Agrário: Secretaria da Agricultura Familiar**. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/paa>> Acesso em: 20 ago. de 2010.

BRASIL. **LEI No 10.696/2003**. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.696.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013.

BRASIL. **LEI No 11.947/ 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em: 03 jun. 2013.

CRUZ, F.; SCHNEIDER, S. **Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais**. Rev. Bras. de Agroecologia. 5(2): 22-38 (2010). Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/778.pdf>>. Acesso em: 13 jun. 2012.

ESTEVA, D. O.; LANZARINI, J.J.S.; BUSARELLO, R.J. **Cooperativas Virtuais e o difícil caminho da legalidade: o caso dos Agricultores Familiares da Região do Sul do Estado de Santa Catarina**. Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Belém, 2012.

ESTEVA, D. O. et al. **Cooperativismo virtual: o caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), em Santa Catarina**. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.28, n.2, p.485- 507, maio/ago. 2011.

ESTEVA, D., et. al. **Cooperativas rurais não-patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região do sul do Estado de Santa Catarina**. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 5, n. 2, jul/dez. 2012a.

ESTEVA, D. et. al. **Prospecção e formação de rede de cooperativas virtuais na Região Sul de Santa Catarina: a construção de espaços coletivos e individuais de comercialização de produtos Rurais**. In: XVII Reunión Anual de la Red PyMEs Mercosur, 2012, São Paulo: USP, XVIII Reunión Anual de la Red PyMEs Mercosur. 2012b. v.1. p.01 – 11.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOODMAN, D. **The “quality turn” and alternative food practices: reflections and agenda**. Journal of Rural Studies, v. 19, p.1-7, 2003.

GONTIJO, J. **Cooperativismo: um caminho mais seguro para os produtores de leite**. Revista informe agropecuário Itambé, Itambé, 2005. Disponível em: <<http://www.itambe.com/Cmi/Pagina.aspx?643>>. Acesso em: 13 jun. 2013.

GRANOVETTER, M. **The strength of weak ties**. American Journal of Sociology, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May. 1973.

HUYLENBROECK, Guido Van; VUYLSTEKE, Anne; VERBEKE, Wim. **Public good markets: the possible role of hybrid governance structures in institutions for sustainability**. In: BECKMANN, Volker.; PADMANABHAN, Martina. (Ed.). Institutions and sustainability: political economy of agriculture and the environment. Springer: New York, 2009. p. 175-191.

IPEA. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BD_vol2.pdf. Acesso em 7 out. 2012.

KALINOSKI, M. **Campo Mourão, Roncador: cooperativa virtual é a proposta da Emater**. Instruções do Campo Roncador - Instituto Emater – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. Campo Mourão/PR. 6 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1613>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

MURDOCH, J. and M. MIELE. **'Back to nature': changing 'worlds of production' in the food sector.** Sociologia Ruralis n. 39, p. 465-483, 1999.

PLEIN, C. **Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados: as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná.** Tese (Doutorado) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PLOEG, J.D.V. **O modo de produção camponês revisitado.** In. SCHNEIDER, Sérgio. A diversidade da agricultura familiar. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

PLOEG, J D. V. D. **Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na Era da Globalização.** Porto Alegre. UFRGS Editora, 2008.

SCHNEIDER, S. **Desenvolvimento Rural Regional e articulações extra-regionais.** Anais do I Fórum Internacional: Território, Desenvolvimento Rural e Democracia. Fortaleza - CE, 16 a 19 de novembro 1999.

SCHRÖETTER, M. R. e BÜTTENBENDER, P. L. **A agricultura familiar e o consumo de alimentos na merenda escolar - o caso da região fronteira noroeste.** Artigo (Pós-Graduação Latu Sensu) – Departamento de Ciências Administrativas, Contábeis, Econômicas e da Comunicação, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santa Rosa, 2011. Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/555/Magnus%20Rodrigo%20Schr%C3%B6etter.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 out. 2012.

SEPULCRI, O. **Redes de organizações para a comercialização de produtos e Serviços da Agricultura Familiar.** Odílio Sepulcri; Edison José Trento - Curitiba: Instituto Emater, 2011. Disponível em: <<http://www.asbraer.org.br/arquivos/bibl/83-organizacoes.pdf>>. Acesso em 24 março 2013.

SINGER, P. **É possível levar o desenvolvimento a comunidades pobres?** Brasília: MTE/SENES, Textos para discussão, 2004.

SOARES JÚNIOR, D. **A organização de redes de unidades produtivas como instrumento de apoio ao desenvolvimento territorial rural: uma experiência no estado do Paraná.** In: XLIV Congresso Brasileiro de Economia E Sociologia Rural. Fortaleza, 2006.

TRICHÊS, R. M. **A ressignificação da qualidade dos alimentos na construção de mercados locais: o caso da alimentação escolar.** Anais do 5º Encontro da Rede de Estudos Rurais. Belém, 2012. Disponível em:

<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20ressignifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20qualidade%20dos%20alimentos%20na%20constru%C3%A7%C3%A3o%20de%20mercados%20locais.pdf>
Acesso em 12 jun. 2013.

WILKINSON, John. **The mingling of markets, movements and menus: the renegotiation of rural space by NGOs, social movements and traditional actors.** Globalisation: Social and Cultural Dynamics, International Workshop, Rio de Janeiro: MINDS, 2006. Disponível em: <http://www.minds.org.br/arquivos/wilkinsontheminglingofmarkets.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2013.